



XVII SICTI
Seminário de Iniciação Científica,
Tecnológica e Inovação
X SIMIT
Simpósio de Inovação Tecnológica

**CIÊNCIA e
COOPERAÇÃO
na AMAZÔNIA**
**16 a 19 de
Setembro**
IFPA Campus Bragança

CÚPULA DA AMAZÔNIA: DISPUTA DE PROJETOS NA BUSCA PELO CONSENSO

FERNANDO BRITO FERREIRA ¹, TIAGO DE OLIVEIRA²

¹ Acadêmico, Instituto Federal do Pará (IFPA) – Campus Breves.

² Docente, Instituto Federal do Pará (IFPA) – Campus Breves. E-mail autor correspondente: tubaroesvoadores@yahoo.com.br

Área de conhecimento/Subárea: Ciências Humanas/Sociologia.

ODS vinculado(s): 13 Ação contra a mudança global do clima; 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes

RESUMO: O projeto "Cúpula da Amazônia: disputa de projetos na busca pelo consenso" analisou a incorporação das demandas da sociedade civil nos resultados da Cúpula da Amazônia (2024). Utilizou-se análise documental de propostas governamentais (Declaração de Belém, minuta brasileira via LAI), relatórios de debates (Seminário de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia) e entrevistas com lideranças indígenas (COIAB). Objetivou-se identificar a influência de movimentos sociais nas políticas definidas. Os resultados indicam participação social limitada e simbólica, com demandas cruciais (fim do desmatamento, não exploração de petróleo na foz do Amazonas) ausentes ou diluídas no documento final. Observou-se a influência de setores como o IBRAM, contrastando com posições de movimentos como COIAB e CNS. Conclui-se que, apesar de alguns avanços discursivos, persistem tensões e contradições, limitando a efetividade das propostas socioambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Cúpula da Amazônia; movimentos sociais; políticas ambientais; hegemonia; participação social.

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa teve como referência a perspectiva teórica elaborada por Antônio Gramsci (1891-1937), especialmente sua inovadora reflexão sobre o Estado nas chamadas "sociedades ocidentais". Essa abordagem vai além dos aspectos institucionais próprios do aparato estatal – que ele também chamou de sociedade política, ou estado restrito. Gramsci, em sua acepção acerca do Estado ampliado, incorpora as igrejas, associações privadas, sindicatos, partidos políticos e imprensa – os chamados "aparelhos privados de hegemonia" – localizados na sociedade civil. O papel desses aparelhos privados de hegemonia é organizar as vontades coletivas, vinculado aos interesses de grupos sociais ou frações de classes, em torno de um projeto – este, dependendo da sua capacidade de obter consenso, pode repercutir na direção política dos aparatos institucionais/administrativos da sociedade política (MENDONÇA, 2014). Com essa perspectiva, nos voltamos para os eventos que configuraram a Cúpula da Amazônia. Entendemos que aqueles eventos expressavam um (novo) capítulo político para a tentativa de construir um projeto hegemônico em busca de consenso para e sobre os rumos da Floresta Amazônica.

A Floresta Amazônica, junto com a questão climática, é utilizada pelo atual governo federal brasileiro para reposicionar a imagem do Brasil na comunidade internacional. Nossa preocupação foi analisar a incidência das demandas da sociedade civil como parte das resoluções finais da reunião oficial, examinando o formato da participação dos movimentos sociais, associações e sindicatos. Este cenário suscita a hipótese, inspirada em Demier (2017), de uma "democracia blindada", onde o Estado, embora formalmente democrático e com hegemonia do grande capital, mostra-se impermeável à representação efetiva de interesses sociais diversos. O objetivo geral foi analisar as políticas e iniciativas propostas e definidas pela Cúpula para abordar questões como desmatamento, conservação da biodiversidade e "mudanças climáticas", avaliando a presença das demandas da



XVII SICTI
Seminário de Iniciação Científica,
Tecnológica e Inovação

X SIMIT
Simpósio de Inovação Tecnológica

**CIÊNCIA e
COOPERAÇÃO
na AMAZÔNIA**

**16 a 19 de
Setembro**

IFPA Campus Bragança

sociedade civil.

METODOLOGIA

O percurso metodológico adotado consistiu em: 1. Análise Documental: Revisão aprofundada de documentos oficiais do governo federal, como a Declaração de Belém e a proposta brasileira para a Cúpula da Amazônia (obtida via Lei de Acesso à Informação), relatórios e comunicados relacionados à Cúpula da Amazônia. Foram também transcritas e analisadas mesas de debates do Seminário de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. 2. Análise de Conteúdo: Análise sistemática das declarações, propostas e resoluções discutidas na Cúpula da Amazônia e nos eventos preparatórios, como os Diálogos Amazônicos. 3. Comparação de Resultados: Levantamento e comparação entre parte das discussões (selecionadas pela pesquisa) realizadas nos Diálogos Amazônicos e na Assembleia dos Povos da Terra em defesa da Amazônia – com foco nas posições da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) – e os resultados concretos alcançados durante a Cúpula da Amazônia, expressos na Declaração de Belém. Entrevistas com representantes do movimento indígena, como Angela Kaxuyana da COIAB, complementaram a coleta de dados. Dado o volume de fontes e o tempo de execução, optou-se por não priorizar a análise da mídia e opinião pública, ajustando o escopo para focar nas organizações representativas mencionadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise comparativa dos documentos revelou convergências e divergências significativas. Inicialmente, observou-se uma convergência entre a sociedade civil organizada brasileira e a proposta do governo brasileiro para a Cúpula quanto à meta de zerar o desmatamento na Amazônia até 2030 (BRASIL, 2023, Art. 23). Os movimentos sociais, contudo, propunham metas mais ambiciosas: zerar o desmatamento ilegal até 2025 e o legal até 2027 (BRASIL, Secretaria Geral, Relatório 4, 2023). No entanto, a Declaração de Belém final não estabeleceu um compromisso claro e uma meta coletiva para a região, tratando o tema de forma vaga. Em relação aos direitos dos povos indígenas e populações extrativistas, a minuta da proposta brasileira incorporou demandas importantes, como a garantia de demarcação e titulação de terras (Art. 25) e a consulta livre, prévia e informada (Convenção 169 da OIT, Art. 70). Os Diálogos Amazônicos (Relatório 4) também enfatizaram a demarcação de terras e consolidação de áreas protegidas. No entanto, o Relatório 5 dos Diálogos Amazônicos, focado nos povos indígenas, foi mais assertivo, rejeitando explicitamente o Marco Temporal e exigindo demarcação de todos os territórios até 2025, além de políticas imediatas de desintrusão. A minuta da Declaração de Belém, embora garantindo direitos territoriais, evitou posicionar-se sobre o Marco Temporal e não estabeleceu prazos concretos. No tema do garimpo ilegal e contaminação por mercúrio, os Diálogos Amazônicos exigiram políticas efetivas, enquanto a Declaração de Belém abordou o assunto de forma ampla, sem medidas específicas para contaminação mercurial ou desintrusão imediata. Uma contradição central emergiu: enquanto o governo incorporava parcialmente demandas socioambientais, seu posicionamento favorável à exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas contradizia diretamente as propostas dos movimentos sociais por uma transição energética justa e o abandono de combustíveis fósseis (Proposição 14, Relatório 4 dos Diálogos Amazônicos). Essa postura evidencia uma tentativa de conciliar interesses antagônicos – movimentos sociais versus corporações do setor petrolífero – dentro do mesmo projeto hegemônico. A repercussão dos interesses dos movimentos sociais no projeto político governamental, mesmo que parcial, contrastou com a ausência de participação decisória efetiva no espaço



XVII SICTI
Seminário de Iniciação Científica,
Tecnológica e Inovação

X SIMIT
Simpósio de Inovação Tecnológica

**CIÊNCIA e
COOPERAÇÃO
na AMAZÔNIA**

**16 a 19 de
Setembro**

IFPA Campus Bragança

institucional da Cúpula da Amazônia (OTCA). A participação da sociedade civil foi percebida como limitada e decorativa, com demandas cruciais ausentes ou diluídas no documento final da Cúpula. Além disso, a pesquisa identificou a influência de setores como o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), cujas posições frequentemente se opõem às dos movimentos sociais, indicando uma disputa de narrativas e projetos para a Amazônia.

CONCLUSÕES

A análise comparativa entre os relatórios dos Diálogos Amazônicos, a Minuta de Declaração do governo brasileiro e a Declaração de Belém revela tanto avanços discursivos quanto desafios persistentes na construção de uma agenda comum para a Amazônia. Embora haja convergências significativas na proposta inicial brasileira, como o compromisso com o desmatamento zero e a incorporação de algumas demandas indígenas e extrativistas, persistem divergências críticas nos documentos finais, especialmente em relação a prazos, demarcação de terras e combate a atividades predatórias como o garimpo ilegal. A Declaração de Belém mostrou-se menos ambiciosa, diluindo metas coletivas e evitando posicionamentos firmes sobre temas urgentes. A contradição do governo brasileiro ao apoiar a exploração de petróleo na Amazônia, contrariando as propostas dos movimentos sociais, evidencia a tensão entre interesses antagônicos em sua política ambiental. Apesar dos esforços para incluir demandas sociais, a implementação efetiva dessas medidas esbarra em obstáculos políticos e na falta de cooperação regional robusta. O cenário permanece marcado por violências e insuficiência de ações concretas. Portanto, embora existam avanços discursivos, a realização de um projeto verdadeiramente sustentável e justo para a Amazônia ainda depende de maior coerência política, participação social efetiva e mecanismos que garantam a materialização das proposições dos movimentos sociais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Federal do Pará (IFPA) campus Breves.

Referências

BRASIL. BORRADOR de la Declaración Presidencial con ocasión de la Cumbre Amazónica – IV Reunión de Presidentes de los Estados Partes en el Tratado de Cooperación Amazónica. [Minuta para Declaração de Belém] [s. l.]: Governo Federal, 2023. Documento acessado via Lei de Acesso à Informação. Mimeo, 16 pp. BRASIL, Secretaria Geral da Presidência da República.

BRASIL, Secretaria Geral da Presidência da República. Diálogos Amazônicos: Relatório 4. [s.l.], 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/assuntos/dialogosamazonicos>. Acesso em: 24 de fev. 2024.

_____. Diálogos Amazônicos: Relatório 5. [s.l.], 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/assuntos/dialogosamazonicos>. Acesso em: 24 de fev. 2024.

DEMIER, F. Da ditadura bonapartista à democracia blindada. Regimes políticos e dominação de classe no Brasil recente. In: MATOS, M. B. (org.). *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 67–101.

MENDONÇA, S. R. O Estado Ampliado como ferramenta Metodológica. In: *Marx e o Marxismo*. Rio de Janeiro: v. 2, n. 2, jan/jul 2014. pp. 27-43.

OTCA. DECLARAÇÃO de Belém. s.l. [Belém]. 09 ago. 2023. Disponível em: <https://otca.org/pt/conheca-a-declaracao-de-belem-assinada-pelos-paises-amazonicos-nacupula/> Acesso em: 14 abr. 2024. 43 pp.